

## ÍNDICE

- 423 *António Vaz Pinto, Si*  
Editorial – Viver a crise
- 425 *António Vasconcelos de Saldanha*  
Um Jesuíta na Corte de Pequim  
O P. Tomás Pereira S.J., Missionário na China
- 437 *Ana Paula Coutinho Mendes*  
Nobel da Literatura – J. M. G. Le Clézio: um hino à  
literatura e ao mundo sustentáveis
- 443 *Rui Ramos*  
D. Carlos e o fim da monarquia em Portugal
- 453 *Walter Osswald*  
Eutanásia – ainda e sempre
- 463 *Cassiano Reimão*  
O presente da Cultura e o futuro do Cristianismo
- 483 *Carlos d'Almeida Pereira*  
«O futuro da nossa espécie – evolução, doença e  
desenvolvimento sustentável»
- 507 *Recensões*
- 515 *Índice do volume 167*

linhas com quisemos evocar a extraordinária carreira de um Jesuíta português na China: «Este relógio não é como os outros. Com calor, frio, chuva ou tempestade, é sempre o mesmo e nunca muda. Encontra-se um destes em cada duzentos anos».

## Nobel da Literatura

### J. M. G. Le Clézio: um hino à literatura e ao mundo sustentáveis

Ana Paula Coutinho  
Mendes\*

«J'ai une conception sans doute morale de la littérature, car je crois, en effet, que la littérature est une fiction en vue d'autre chose.»

J. M. G. Le Clézio

Há vinte e três anos que o Prémio Nobel de Literatura não contemplava um autor de língua francesa, embora quem confunde a nacionalidade dos escritores com a integração dos seus textos numa dada literatura nacional, possa invocar o escritor galardoado em 2000 – Gao Xingjian – refugiado político chinês e naturalizado francês em 1998, como prova de uma condecoração mais para a França e para a literatura francesa. E isso quanto mais não seja a favor do seu (sub) sistema da literatura traduzida... A declaração do júri sublinhava expressamente o contributo do autor d'*A Montanha da Alma* para a abertura a novos caminhos no romance e teatro chineses; todavia, não só a China se recusou a congratular-se com um dissidente há muito censurado naquele Império do Sol Celeste, como o próprio Gao Xingjian se tem mantido à margem de qualquer aproveitamento político da sua actividade literária e artística. Tal como se verá adiante, esta referência à questão, tão complexa quanto delicada, das relações entre os autores, as suas obras e as indexações a línguas e literaturas nacionais, não vem de todo a despropósito numa evocação ao Prémio Nobel deste ano de 2008: Jean-Marie Gustave Le Clézio que assina, há quase meia centena de obras, J. M. G. Le Clézio.

Nascido em 1940, no Sul de França, numa das margens do Mediterrâneo, Le Clézio é filho de um britânico e de uma francesa, com antepassados bretões emigrantes nas Ilhas Maurícias que, depois de terem integrado o império francês no

---

\* Professora de Letras da Universidade do Porto.

século XVIII, fizeram parte do império britânico, até à independência em 1968. Esse cruzamento familiar de raízes e de rotas podia nunca ter passado de mero acaso biográfico, mas a verdade é que acabou por tornar-se bastante significativo tanto para as experiências de vida como para a escrita deste autor que, bem cedo, soube o que é viajar para um outro continente e conviver com realidades e hábitos completamente distintos.

Finda a 2.<sup>a</sup> Grande Guerra, Le Clézio partiu com a mãe e o irmão numa longa viagem até Onitsha, no sudeste da Nigéria, ao encontro do pai, médico militar, dedicado à sua profissão como a uma verdadeira causa humanitária. A evocação literária dessa «longa viagem» e da estadia de um ano em África só viria a acontecer em *Onitsba* (1991), por interposta personagem do pequeno Fintan, e ainda mais tarde em *L'Africain* (2004), se bem que tenha funcionado como a grande matriz das suas viagens iniciáticas em constante descoberta tanto do outro estrangeiro como do outro em si próprio. Dito isto, independentemente de, ao longo dos anos, Le Clézio ter realizado inúmeras viagens, não como turista «voyeur» à procura de um exotismo digestivo, mas enquanto nómada em busca de sentido(s), essa primeira viagem só viria a conhecer um contraponto ao mesmo nível de repercussão existencial e literária, muitos anos mais tarde, já na década de 70, quando o escritor parte para o Panamá e vive entre comunidades ameríndias. Sobre essa aventura, no sentido mais entranhado e radical do termo, virá também mais tarde a escrever aquele que passou a reconhecer-se e a identificar-se como um «índio branco»:

«Essa experiência mudou toda a minha vida, as minhas ideias sobre o mundo e sobre a arte, a minha forma de estar com os outros, de andar, de comer, de amar, de dormir, e até os meus sonhos»<sup>1</sup>

Ora, nessa altura, JMG Le Clézio estava longe de ser um estreante; o seu primeiro livro publicado – *Le Procès-verbal* (1963) – ditara-lhe inclusive bons augúrios ao torná-lo – a ele, um jovem de aparência tão atraente quanto distante dos círculos editoriais parisienses – o vencedor de um dos então mais prestigiados galardões da cena literária francesa – o Prémio

Renaudot. Na década de 60, Paris vivia sob o entusiasmo intelectual de uma nova concepção de romance e da escrita literária em geral, que fazia questão de desconstruir as categorias narrativas tradicionais e de alicerçar os textos na aventura da escrita, isto é, no trabalho da linguagem centrada em si própria. O romance de estreia de Le Clézio não escapava de todo a essa vaga experimentalista e impunha-se pela construção fragmentada e simbólica em torno de um protagonista, cujo nome, Adam Pollo, apontava para uma nova génese, sugestivamente marcada por uma errância entre a loucura e a lucidez.

Pouco tempo depois, uma viagem ao México permitia ao jovem intelectual contactar de perto com outras formas de vida e de visão do mundo que o descentrariam da maior parte das obsessões da então *intelligentsia* europeia e que o levariam a começar a trilhar outros caminhos da vida como da escrita. Já em 1969, o seu alter-ego, J. Hombre Hogan, de *Le Livre des Fuites*, apelava para um firme afastamento da civilização moderna, cujos contornos o tempo se encarregaria de esclarecer e de confirmar.

No entanto, não foram apenas as viagens reais que inflectiram aquele que poderia ter sido o percurso de glória parisiense de um jovem e promissor escritor. Antes mesmo de começar a viajar, tal como depois, em simultâneo com as suas deslocações ou experiências de auto-exílio europeu, Le Clézio revelou ser um leitor intenso, em particular de romances de aventuras como *Robinson Crusoe* ou *A Ilha do Tesouro*, mas também de outros autores que o iniciaram ou ao encanto do deserto, como o eremita Charles de Foucauld, aos impulsos da ruptura e da partida como Rimbaud ou Joseph Conrad, aos mistérios da magia da psique e da linguagem como Henri Michaux, ou aos rituais de transfiguração do corpo e do espírito na civilização pré-colombiana, como Antonin Artaud.

Ciente da base intertextual que apoia qualquer literatura, Le Clézio demarca-se contudo da generalidade dos escritores da sua geração por muito cedo se ter tornado sensível ou literariamente permeável à diversidade cultural, representada pelas culturas africanas, indiana e crioula. Há mais de trinta

<sup>1</sup> Citado in Gérard de Cortanze, J. M. G. Le Clézio. *Le nomade immobile*, Paris, Éditions du Chêne-Hachette Livre, 1999, p. 168. Salvo indicação contrária, todas as traduções aqui apresentadas são da minha autoria.

anos que as suas obras passaram a constituir um verdadeiro mosaico de géneros literários e de referências culturais, onde cabem e vão alternando a ficção, o ensaio, o diário, a (auto)-biografia, a parábola e a mitologia, os textos sagrados hindus (*La Quarantaine*, 1995), os rituais da América índia, as lendas e superstições, designadamente das Ilhas Maurícias (*Le Chercheur d'Or*, 1985) e dos povos e culturas da Oceânia (*Raga, approche du continent invisible*, 2006), bem assim como o fascínio pelo cinema (*Ballaciner*, 2007).

A convocação da multiplicidade de espaços reais e imaginários surge na escrita de Le Clézio intimamente associada à crítica da civilização ocidental, das suas grandes cidades de cimento e aço, habitadas por autómatos, dos seus valores alienantes, dos seus propósitos de progresso desenfreado, avesso à harmonia nas relações tanto interpessoais como do homem com a natureza, encarada quer nas suas expressões mais simples e despojadas, quer em manifestações mais misteriosas e exuberantes. Por exemplo, um livro como *Les Géants*, publicado em 1973, constituía já uma sátira aberta contra uma certa visão ocidental do mundo, inebriada pelos números e pelas grandezas, tendencialmente monopolizadora e autodestrutiva.

A consciência profunda da necessidade de inverter esse processo de degradação civilizacional, levá-lo-á a proceder, já enquanto escritor, a uma (auto)-crítica a nível do próprio uso literário da linguagem, insurgindo-se contra aquilo que a distanciava da experiência sensorial e encantatória do mundo, na sua diversidade empírica: «A linguagem é perigosa quando se basta a si mesmo» – pode ler-se num dos seus textos (*L'inconnu sur la terre*, 1978). A partir de então, Le Clézio passou a defender directamente, ou através das falas e percursos das suas personagens (com destaque significativo para crianças, mulheres, pobres e desenraizados), uma adesão à simplicidade e ao lirismo dos elementos primordiais, susceptíveis de apreender a mais pura luz que revela ou desoculta a diversidade: «Convido-os a fazer parte do espectáculo da realidade. Venham ver a exposição permanente das aventuras que contam a pequena história do mundo» – escrevia ele em

1969, sob o nome de Walking Stick no já anteriormente citado *Le Livre des fuites*. E uns dez anos mais tarde, desta feita sob a forma de ensaio, insistia

«A luz brilha nos olhos das crianças. É essa que eu quero ver; sobretudo é essa que quero encontrar. Os rostos não são livres. À sua volta, existem toda uma série de barreiras, de écrans: falsas ciências, falsas ideias, falsos desejos. Mas por vezes, sem que se saiba como isso é possível, a luz passa, atravessa. Ela brilha com um fulgor muito puro, luz do sol, a única verdade».<sup>2</sup>

<sup>2</sup> J. M. G. Le Clézio, *L'inconnu sur la terre*, Paris, Gallimard, 1978, p. 269.

Este desejo de revelação fenomenológica da face mais pura e escondida da realidade, apesar de não ser inédito, pois perseguiu e foi perseguido por muitos escritores e particularmente pelos poetas, tem sido glosado de modo particularmente constante pelo autor de *Désert* (1980), que o faz como quem constrói uma epopeia lírica em tom menor, uma celebração da silenciosa dignidade daquilo que é ignorado ou esquecido pelos grandes centros de decisão a todos os níveis.

O seu tem sido, pois, um percurso solitário, atípico, no contexto das principais tendências na literatura francesa contemporânea, ainda que muitos dos seus livros, alguns deles dedicados à infância e à juventude, tenham merecido franca aceitação por parte dos leitores, tanto em França como no estrangeiro. Aquilo que o *mainstream* da crítica, parisiense ou norte-americana, parece recriminar ao autor de *Pawana* (1992) é a sua nostalgia bipolarizante e mitificadora do mundo primitivo e das sociedades pré-modernas, a sua escrita linear e o seu lirismo ingénuo, se não mesmo as suas «mensagens», interpretadas ou reduzidas ao politicamente correcto, contra a colonização, em torno da ecologia e em defesa daquelas a que chama as «civilizações manuais».

Brevemente apresentado o seu percurso literário e o seu mundo de referências, não se pode estranhar que Le Clézio tenha sido um dos 44 escritores (e um dos pouquíssimos nascidos em França...) que publicaram em Março de 2007 um Manifesto, de clara influência ideológica e poetológica do autor martiniquês Édouard Glissant, intitulado «Para uma literatura-mundo em francês». Nele defendiam uma literatura trans-

nacional, descentralizada, espalhada pelos quatro cantos do mundo que acabe de vez com aquilo que, na sua perspectiva, a Francofonia representa ainda de herança do império colonial da França. Por outro lado, demarcavam-se definitivamente de uma literatura de teor solipsista, demasiado intelectualista, como aquela a que se tem prendido ou com a qual tem sido sistematicamente associada a literatura francesa.

Poder-se-á até inferir que o júri da Academia Sueca procurou de alguma forma associar-se ao espírito desse Manifesto, premiando um autor e uma obra que se coloca na senda de uma renovada relação, de compromisso mútuo, entre a literatura e o mundo, sendo Le Clézio – como a declaração do Júri apontou – «o explorador de uma humanidade além e aquém da civilização reinante», por conseguinte, um guia do passado e das periferias, num movimento incessante de questionação do presente para edificação de um futuro mais abrangente e equilibrado.

Apagados os grandes focos sobre esta condecoração máxima no mundo literário, Le Clézio continuará certamente distanciado da ribalta e continuará a apresentar-se como escritor franco-mauriciano, numa homenagem à sua «pequena pátria», perdida no Oceano Índico, onde não nasceu, não reside, mas que continua a ligá-lo à magia das origens e da infância. E pese embora os dividendos simbólicos que os países sempre procuram retirar destes reconhecimentos internacionais, certamente que continuará a declarar:

«Para mim que sou um ilhéu, um descendente de Bretão emigrado na Ilha Maurícia, alguém da beira-mar, que vê passar os cargueiros, que deambula pelos portos, alguém que não tem terra, que não ganha raízes em lado nenhum, como um homem que caminha ao longo da avenida e que não pode ser nem de um bairro nem de uma cidade, mas de todos os bairros e de todas as cidades – a língua francesa é o meu único país, o único lugar onde habito.»

Também para os leitores, em francês ou nas línguas em que está ou vier a ser traduzida a sua obra, o que há-de permanecer será aquilo que as palavras deste autor conseguirem continuar a revelar do mundo, como lugar plural de emoções e pensamento.

## D. Carlos e o fim da monarquia em Portugal<sup>1</sup>

Rui Ramos\*

**D.** Carlos (1863-1908) reinou em Portugal entre 1889 e 1908, anos antes da I Guerra Mundial (1914-1918), quando ainda quase todos os estados europeus, com excepção da França e da Suíça, eram monarquias. Casado com Amélia de Orleães, a filha mais velha do conde de Paris, estava ligado por laços de parentesco a várias famílias reais europeias, que visitou nas suas capitais e recebeu em Lisboa durante os primeiros anos do século XX. Mas o seu nome tornou-se conhecido na Europa sobretudo devido ao fim trágico da sua vida, que antecedeu de pouco a queda da monarquia em Portugal. Como sabem, D. Carlos e o seu filho mais velho, o príncipe real, foram assassinados em Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1908. Dois anos depois, a 5 de Outubro de 1910, o outro filho de D. Carlos, o então jovem rei D. Manuel II, foi deposto por uma revolução republicana.

Na Europa desse tempo, eis dois acontecimentos extraordinários. Atentados contra chefes de estados e líderes políticos não eram então invulgares. Mas na maioria eram actos isolados de «anarquistas». O atentado de Lisboa, porém, fez parte de uma conspiração política, que uns dias antes, a 28 de Janeiro de 1908, já produzira uma tentativa de golpe de estado em Lisboa. Quanto à revolução republicana de 1910, dois anos após a morte de D. Carlos, não foi menos singular. A República Portuguesa tornou-se a segunda república moderna na Europa, depois da francesa – e a única que resultou da tomada

<sup>1</sup> Versão portuguesa da comunicação ao colóquio *Un roi constitutionnel*, organizado pelo Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 19 de Maio de 2008.

\* Historiador - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.